

Entregue aos deputados da Assembleia da República a proposta para criação de uma AMPIC no Algarve

9 de Junho, 2021

A Fundação Oceano Azul e o Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve (CCMAR – UAlg) entregaram esta terça-feira aos Deputados da Assembleia da República a proposta com vista à criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário no Algarve, que foi entregue ao Governo no início de maio.

A entrega do Dossier na Assembleia da República, aproveitando o enquadramento da comemoração do Dia Mundial dos Oceanos, acontece naturalmente no seguimento da Audição na Comissão de Agricultura e Mar das entidades envolvidas no processo, que teve lugar no passado dia 4 de março, refere uma nota divulgada pela Fundação Oceano Azul.

Esta proposta inédita, construída através de um processo participativo, ao longo de quase três anos, envolvendo mais de 70 entidades, e baseada numa sólida fundamentação científica, visa a criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário no Algarve: o Parque Natural Marinho do Recife do Algarve – Pedra do Valado. Na zona costeira dos Municípios de Albufeira, Lagoa e Silves, situa-se o maior recife rochoso costeiro do Algarve, um ecossistema ímpar no continente português, que beneficia de condições naturais que favorecem uma biodiversidade marinha e produtividade únicas. Encontram-se aqui “perto de 900 espécies, 12 das quais novas para a ciência”, precisa a nota.

Tendo sido alertados por entidades locais sobre a necessidade de proteger simultaneamente este recife e a pequena pesca artesanal, a Fundação Oceano Azul e o Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve, com o envolvimento da Associação de Pescadores de Armação de Pêra, dos Municípios de Albufeira, Silves e Lagoa, e da Junta de Freguesia de Armação de Pêra, promoveram e dinamizaram um processo participativo com o objetivo de proteger e valorizar este recife.

De acordo com a Fundação Oceano Azul, o resultado final deste processo foi uma proposta cientificamente sustentada, que incorporou até ao limite as solicitações dos diferentes interesses, logo o mais consensualizada possível, e que já foi entregue ao ministro do Ambiente e ao ministro do Mar, no início de maio.